

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 111

Data: 21/08/87

Pg.:

Demarcação de terras, 'sem paixão'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A demarcação e a definição das áreas indígenas, ouvindo-se as partes interessadas, "excluídos obviamente os estrangeiros, que infestam essas áreas e que são, eles próprios, um problema", foram pedidas ontem, no plenário da Constituinte, pelo deputado e ex-governador do Território do Amapá, Ottomar de Sousa Pinto (PTB/RR).

O deputado disse ser necessário definir essas áreas "com racionalidade e justiça, estabelecendo-se os setores de agricultura, pecuária e mineração". Para isso, a seu ver, devem ser afastadas "a paixão, o onirismo e as ambições dos grupos econômicos". "Vamos salvar os índios — conclamou —, sem contudo aniquilar pela fome e pela miséria garimpeiros e suas famílias."

Por sua vez, o deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP) disse que os fatos denunciados por O Estado de S. Paulo, relativos às áreas indígenas,



Ottomar de Souza

precisam ser investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (já requerida). Segundo ele, essa seria a sexta tentativa de se "alienar a Amazônia". A primeira ocorreu em 1854, com a abertura da navegação no rio Amazonas, e a consequência foi a retirada de mudas de seringueiras para outras regiões do mundo. Depois, veio a criação do Instituto Internacional da Hylea Amazônica, que mascarava uma tentativa de intervenção, sob supostos interesses científicos universais. A seguir, o Projeto Hudson, que tinha por objetivo fazer uma barreira no rio Amazonas, mais ou menos à altura de Manaus, para inundar uma área superior à do Estado de São Paulo. Continuando, vieram as tentativas "religiosas". A primeira, por volta de 1960, quando "missionários" ou "lingüistas" norte-americanos atuavam na área, "estranhamente munidos de aparelhos geiger". Depois, foi a vez dos "padres italianos, que tentariam criar um estado indígena, abrangendo áreas do Brasil e da Venezuela. E, por último, "essa nova tentativa, denunciada pelo jornal O Estado de S. Paulo".

CNBB tenta desmentir denúncias no Congresso

mesmo, dom Luciano lamentou que as matérias "indecorosas" publicadas por O Estado tenham encontrado eco na Constituinte e apelou aos presentes para que a CPI, já pedida, chegue às últimas consequências, para levantar a verdade dos fatos.

"A imagem desta Casa está em questão e também o latifúndio da comunicação" — acusou o bispo. O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), após classificar O Estado como o jornal de maior prestígio no País e no Exterior, pediu a dom Luciano que, caso ele esteja mesmo convicto do que afirma, leve adiante a promessa de processar o jornal. Dom Luciano não respondeu.

Mais adiante, o presidente da CNBB disse que a Amazônia não é patrimônio do Brasil, mas da humanidade, e responsabilizou os parlamentares por falta de espírito publico e omissão. Também criticou o capitalismo e afirmou que, antes de explorar as jazidas de territórios indígenas, o País deveria explorar os minérios existentes nas terras dos grandes fazendeiros. Por fim, o deputado Lysânias Maciel (PDT-RJ), que é pastor evangélico, estranhou ser estrangeiro a quase totalidade dos missionários que atuam na Amazônia.

Na edição de ontem, o jornal Washington Post afirma que o Brasil corre o risco de um segundo corte de financiamentos, por parte de agências multilaterais, por não ter honrado os compromissos de proteger a floresta amazônica e os índios das ameaças ao meio ambiente.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Fundação Pedroso Horta, presidida pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP), utilizou ontem por mais de quatro horas as instalações do Congresso Nacional para iniciar uma campanha contra O Estado e outra de apoio à CNBB e ao Cimi. Durante o debate sobre a exploração mineral em terras indígenas, o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, disse que o jornal está procurando confundir os constituintes e destruir a imagem do Cimi, bem como atentando contra a "beleza da ação missionária", quando diz que ela tem interesse na exploração mineral e de favorecer as multinacionais.

As peças sobre as quais foram articuladas as ações do Cimi são todas falsas — declarou dom Luciano, mostrando um telex do Conselho Mundial das Igrejas, no qual seu presidente, Charles Harper, afirma que a única declaração do órgão sobre povos indígenas data de 1982. Nesse momento, o deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) disse a dom Luciano que ele havia cometido um sério erro ao mandar distribuir o telex do Conselho Mundial das Igrejas, uma vez que o documento "Diretrizes para o Brasil nº 4, ano 0", se refere ao Conselho Mundial das Igrejas Cristãs. Segundo o deputado, o presidente da CNBB estava sendo iludido em sua boa fé, e, se tivesse acesso aos documentos publicados por O Estado, ficaria muito chocado. Assim